

Valor Econômico, 29 de junho de 2021

Análise: Improviso prevalece em ajustes no modelo de bandeiras na conta de luz

Consumidores brasileiros conheceram um novo valor adicional na conta de luz, capaz de cobrir o aumento súbito da despesa com geração de energia

Por: Rafael Bitencourt

A sinalização mensal do custo da energia na fatura do consumidor — as bandeiras tarifárias — nasceu da crise hídrica de 2014 e ainda não está preparada para responder aos cenários mais agudos de crises hídricas. Por esta razão, o sistema, que funciona desde 2015, passou por mudança nesta terça-feira para responder ao atual momento de estresse entre oferta e demanda por energia, uma situação que se enquadra nos 5% dos eventos probabilísticos mapeados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e sem uma cor de bandeira definida para sinalizar e repassar custos extraordinários ao consumidor.

Com a decisão desta terça-feira do comando da Aneel, os consumidores brasileiros não conheceram uma nova cor de bandeira, mas um novo valor das cobranças adicional na conta de luz, capaz de cobrir o aumento súbito da despesa com geração de energia. O modelo considerou a situação atual como pouco provável (5 em 100) e, por isso, ela não foi contemplada por nenhuma das cores de bandeira vigentes até junho. A análise de cenários probabilísticos observa o comportamento do setor elétrico de 2001 para cá.

Como resultado, o saldo da chamada Conta Bandeiras Tarifárias tem sido negativo este ano. Acumulava o déficit de R\$ 1,5 bilhão em abril, conforme a última atualização divulgada pela agência. Se não for coberto até fim do ano, esse passivo será incluído no cálculo do reajuste tarifário das distribuidoras em 2022.

Em 2020, Aneel aproveitou a baixa demanda por energia no início da pandemia, que não exigia acionar nem mesmo a bandeira amarela, e suspendeu a aplicação do sistema de bandeiras tarifárias por seis meses.

Alguns especialistas do setor chegaram a apontar a medida como um “voluntarismo” ou “populismo tarifário” da parte do regulador. A decisão teve suas consequências. As chuvas demoraram a chegar e vieram em menor intensidade do que era esperado. Resultado: a bandeira vermelha Patamar 2 teve que ser acionada às pressas com um déficit já batendo em R\$ 3 bilhões no fim de 2020.

Dentro do cálculo de probabilidade da Aneel, a bandeira verde (sem acréscimo à fatura) cobre 75% dos cenários de custo projetados para o setor. Nestes casos, o reajuste tarifário anual de cada distribuidora é suficiente para cobrir a somatória de custos do setor. A bandeira amarela — agora, com cobrança adicional de R\$ 1,87 a cada 100KWh consumidos — foi pensada para atender a 10% dos cenários de aumento de custo.

Já as bandeiras vermelhas Patamar 1 e 2 — com novos valores de R\$ 3,97 e R\$ R\$ 9,49 cobrados a cada 100 KWh, respectivamente — foram projetadas, para cobrir, cada uma, 5% dos cenários de custos identificados pela Aneel. Os 5% restantes do total de eventos probabilísticos envolve o cenário da crise hídrica atual, que não havia sido contemplado pela regra da agência.

Na tentativa de estimular uma reflexão mais aprofundada sobre o tema, o professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Estudo do Setor de Energia Elétrica (Gesel), Nivalde de Castro, tem defendido que o comando da Aneel estabeleça uma nova cor de bandeira para transparecer a realidade do momento. Ele lembra que o CMSE autorizou o sistema a acionar térmicas poluentes sem contratos e com custo acima das usinas equivalentes que já operam.

Em 2014, o setor elétrico foi atingido por uma das mais severas crises hídricas já enfrentadas no país, que até levou cidades de São Paulo ao racionamento de água. As bandeiras tarifárias estavam prontas para funcionar naquele ano, mas a Aneel cedeu à pressão do governo, preocupado com o aumento de tarifa em ano eleitoral, entrou em vigor somente em 2015. Para evitar a solvência das distribuidoras, a agência inaugurou em 2014 o socorro do setor por meio de empréstimo bancário, que garantiu o acesso a R\$ 21,2 bilhões (Conta-ACR).

Especialistas do setor afirmam que, naquela ocasião, o consumidor de energia entrou no “cheque especial”, tendo que pagar o custo do

empréstimo nos anos seguintes. Diferentemente de 2014, o setor não poderá, por hora, recorrer mais ao mecanismo de socorro financeiro na atual crise hídrica, pois usou no ano passado para se proteger dos efeitos da pandemia, quando teve acesso a mais R\$ 16,1 bilhões (Conta-Covid) que já passou a ser cobrado na fatura a partir deste ano.

Fonte original: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/06/29/analise-com-ajuste-na-bandeira-aneel-ainda-improvisa-em-sistema-concebido-na-crise-de-2014.ghtml>